

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI Nº 1.291, DE 2020.**

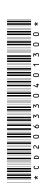
(Da Sra. Maria do Rosário e outras)

Assegura medidas de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 — Lei Maria da Penha - e no Código Penal durante a vigência da Lei n° 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 ou durante a declaração de estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional.

## APRESENTAÇÃO DE EMENDA

seguintes dispe	ositivos:
	"Art. 3°
	III – Lesão corporal.
	§ 1°. Para os demais casos o <b>atendimento deverá ser preferencialmente eletrônico</b> quando as autoridades sanitárias entenderem que este procedimento <b>seja importante para não prejudicar</b> os esforços para conter o estado de emergência previstos na Lei n° 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.
	Art. 4°. Para garantia de atendimento de situações de violência não previstas no art. 3° desta lei deve ser divulgado o disque-180 como canal preferencial e devem ser disponibilizados mecanismos para denúncia:
	Art. 5°
	<ul> <li>I – Delegacia Especializada, Corregedoria de polícia,</li> <li>Delegacia ou Delegacia da área</li> </ul>
	H

Acrescente-se ao texto do Projeto de Lei nº 1.291, de 2020, os





### **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

III - Ministério Público.

Art. 7° As medidas protetivas deferidas em favor da mulher serão automaticamente prorrogadas, **prescindindo da intimação do ofensor**, e vigorarão durante a vigência da Lei n° 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 ou durante a declaração de estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional, sem prejuízo do disposto no Art. 19 e seguintes da Lei n° 11.340 de 7 de agosto de 2006;"

#### **JUSTIFICATIVA**

A alteração no **caput** do art. 3°, para incluir o crime de lesão corporal num inciso III entre os em que é obrigatória a oferta de atendimento presencial à mulher, é importante porque este crime necessita de prova pericial para a persecução penal.

Na redação do § 1º do mesmo art. 3º estamos propondo que os atendimentos devem ser preferencialmente por meio eletrônico, como forma de evitar o deslocamento das mulheres a uma delegacia.

No **caput** do art. 4º estamos propondo a inclusão da divulgação do disque-180 como canal preferencial, porque assim a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) pode monitorar as situações e focar eventuais ações da pasta.

Concernentemente ao art. 5°, estamos propondo que ao inciso I do **caput** sejam acrescentadas a Corregedoria de polícia e a Delegacia da área devido ao déficit de Delegacias Especializadas. Nesse mesmo artigo, entendemos ser importante incluir um inciso III para prever que o Ministério Público também receberá as informações sobre denúncias de violência.

Finalmente no art. 7º propomos observar que a prorrogação automática das medidas protetivas deferidas em favor da mulher prescinde da intimação do ofensor.

Sala das Sessões, em de abril de 2020

Deputada GREYCE ELIAS AVANTE/MG



# Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Greyce Elias)

Assegura medidas de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha - e no Código Penal durante a vigência da Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 ou durante a declaração de estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional

Assinaram eletronicamente o documento CD206330401300, nesta ordem:

- 1 Dep. Greyce Elias (AVANTE/MG)
- 2 Dep. Arthur Lira (PP/AL) LÍDER do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE